

Sra. Berta Soler
Líder das Senhoras de Branco
Prêmio Sakharov 2005

D. Guillermo Fariñas
Coordenador Geral do Fórum Anti-Talitarista Unido (FANTU)
Prêmio Sakharov 2010.

Cuba, 8 de dezembro de 2021

**S.E. Sr. David Maria Sassoli, Presidente do Parlamento Europeu,
Membros do Bureau do Parlamento Europeu,
Membros do Parlamento Europeu,**

Caros amigos,

Recebam a todos vocês uma saudação fraterna com gratidão por tudo o que têm feito pelo povo de Cuba de sua instituição, e por nos darem sua simpática atenção para ler esta carta.

O Parlamento Europeu é uma instituição que durante décadas tem defendido incansavelmente os direitos humanos em Cuba. Seu ímpeto para ajudar os fez procurar opções e alternativas para provocar uma mudança democrática em Cuba. A atitude de apoio aos vencedores do Prêmio Sakharov e à sociedade civil tem sido fraterna e próxima, e **temos apenas palavras de agradecimento para a instituição, o Parlamento Europeu, que o senhor representa.**

Essa instituição deu sua aprovação em 5 de julho de 2017 ao Acordo de Diálogo Político e Cooperação com Cuba, enfatizando outra resolução simultânea, também de 5 de julho de 2017, sobre o projeto de decisão do Conselho sobre a conclusão, em nome da União, do Acordo de Diálogo Político e Cooperação com Cuba, ¹que expressava, entre outras condicionalidades de direitos humanos, as seguintes prerrogativas

"Exorta a União a apoiar a visão do Parlamento sobre democracia, direitos humanos universais e liberdades fundamentais, tais como liberdade de expressão, reunião e associação política, liberdade de informação em todas as suas formas, e sua "política abrangente de apoio aos defensores dos direitos humanos" ao longo deste diálogo; encoraja ambas as partes a colocar em prática garantias para o trabalho dos defensores dos direitos humanos e a participação ativa de todos os atores e dissidentes da sociedade civil neste diálogo;"

Da mesma forma, o próprio Acordo contém uma série de artigos vinculantes no campo dos direitos humanos (arts. 1.5, 2.c, 5, 22 e 43.2) e também com relação ao **papel da sociedade civil** (preâmbulo e arts. 2.g, 19.e, 36, 42.1, 47.6.e e 59.2). O artigo 36 diz:

"As Partes reconhecem a contribuição potencial da sociedade civil, incluindo a academia, centros de pesquisa e a mídia, para o cumprimento dos objetivos deste Acordo". Eles concordam em promover ações para apoiar a maior participação da sociedade civil na formulação e implementação de atividades relevantes de desenvolvimento e cooperação setorial, inclusive através do desenvolvimento de capacidades".

Após cinco anos, podemos fazer algumas declarações que também transmitimos ao Sr. Josep Borrell na carta anexa, a qual anexamos com as referências e provas apropriadas:

- A) **Desde a ratificação do Acordo de Diálogo Político e Cooperação (ADPC), a Embaixada da UE em Cuba nunca se reuniu publicamente com a sociedade civil cubana ou com os vencedores do Prêmio Sakharov.** Os líderes democráticos de outros países o fizeram.
- B) **A embaixada da UE em Cuba se reúne publicamente e freqüentemente com sociedades e órgãos estatais cubanos, e nessas reuniões ela informa ter se reunido com a "sociedade civil" cubana.** Mesmo quando lhes é dito que são empresas estatais, o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) chegou ao ponto de chamá-los de "sociedade civil dependente", que é um oxímoro.
- C) **A SEAE, desde a ratificação da ADPC, nunca cooperou, facilitou ou intermediou fundos europeus ou ajuda para a sociedade civil cubana ou para os Prêmios Sakharov ou suas organizações e atividades.**

¹ JO C 334 de 19.9.2018, p. 99 e p.235: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/HTML/?uri=OJ:C:2018:334:FULL&from=FI#C_2018334ES.01009901.doc

D) **A SEAE só implementou projetos de investimento com empresas cubanas e órgãos estatais**, direta ou indiretamente através de ONGs européias, **mas em seus anuários relata que estes são fundos dados à "sociedade civil" cubana.**

As provas de tudo o que foi dito acima podem ser encontradas na carta enviada hoje ao Sr. Josep Borrell.

Este é o resultado da implementação de uma cláusula bem intencionada do Acordo de Diálogo que, no momento e no que diz respeito aos direitos humanos e à sociedade civil, **está sendo flagrantemente violada por ambas as partes, pelo regime cubano em termos de direitos humanos e pelo SEAE em termos de tratamento da sociedade civil.** Este laxismo tem efeitos trágicos, com impunidade diplomática para o exercício mais bárbaro da repressão que, com crescimento exponencial, está sendo exercida contra o povo cubano e sua sociedade civil sem qualquer resposta diplomática à repressão que está ocorrendo. Este laxismo convive com crimes de Estado cometidos em Cuba que ultrapassam em muito o limite para crimes contra a humanidade em muitos dos títulos do artigo 7 do Estatuto de Roma.

Nós, vencedores do Prêmio Sakharov em Cuba, estamos em uma situação insólita. Nem mesmo podemos nos reunir pessoalmente com a Embaixada da União Européia, pois não temos tido nenhuma reunião presencial durante anos, para não "*incomodar*" o mesmo regime que comete crimes contra a humanidade contra nosso povo. A tal ponto que, em dezembro de 2020, horas antes de uma *Audiência* da Delegação para a América Central do Parlamento Europeu, ato oficial de uma instituição da União Européia, foi negado a Berta Soler o uso das instalações da Embaixada quando anteriormente o próprio SEAE havia confirmado os convites a pedido do Parlamento. Isto foi comunicado à Berta Soler com uma breve mensagem de texto revogando o convite sem mais explicações de que a decisão havia sido tomada em alto nível no EEAS, apenas algumas horas antes da intervenção, sem qualquer capacidade de reação. As Ladies in White sofreram o bloqueio de toda a Internet durante as horas do evento e a Berta Soler não pôde estar ao vivo.

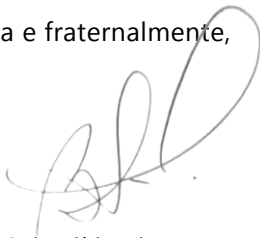
O resultado de tudo isso é que nós, vencedores do Prêmio Sakharov e a sociedade civil como um todo, nos sentimos abandonados e subvalorizados pela SEAE, não pelo Parlamento Europeu e, embora a violência do Estado esteja se tornando cada vez mais virulenta contra todos nós, ainda não encontramos o apoio e a ajuda pública da SEAE que durante anos deveria ter sido esperada dos artigos da ADPC, a ponto de violar os artigos e seu espírito.

No caso da ganhadora do Prêmio Sakharov **Aung San Suu Kyi**, o Parlamento Europeu retirou o Prêmio Sakharov dela por sua "*inação*" diante dos crimes contra a comunidade Rohingya na Birmânia. O conceito de reciprocidade legal nos dá mais provas de que o **Prêmio Sakharov deve ser um compromisso de todas as partes de nunca usar o silêncio diplomático diante das violações dos direitos humanos, e muito menos diante dos crimes contra a humanidade.**

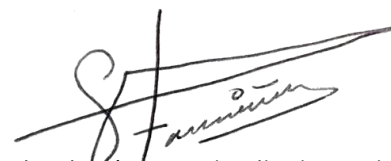
Expressamos à SEAE a necessidade urgente de enfrentar a realidade que prevalece em Cuba porque, dada a divergência entre os objetivos exigidos pelo Parlamento Europeu, as cláusulas da ADPC e a violação dos mesmos na sua implementação pela SEAE, **se esta situação continuar, os vencedores cubanos do Prêmio Sakharov** que ainda não tiveram suas vidas tiradas pelo regime **proporão ao coletivo das Damas de Branco, e também a mim mesmo Guillermo Fariñas, que a retirada de nossos Prêmios Sakharov seja considerada, mesmo com imensa dor.** Estes prêmios são concedidos a indivíduos e povos que lutam, desde as condições mais empobrecidas, pelo que é mais sagrado para o homem, pelos direitos humanos mais fundamentais como a liberdade de expressão e, no caso de Cuba, o direito de não ser objeto permanente de crimes contra a humanidade. Nesta luta, as vítimas precisam ser apoiadas dando-lhes voz e apoio real, e nosso Prêmio Sakharov deve viver neste contexto, e não o contrário.

Em anexo a esta carta, você encontrará a carta enviada ao Sr. Josep Borrell e ao Sr. Eamon Gilmore, onde expandimos e demonstramos em detalhes o que declaramos aqui.

Atenciosa e fraternalmente,



Berta Soler, líder das Damas de Branco
Prêmio Sakharov 2005



Guillermo Fariñas, Coordenador do Fórum Anti-Talitarista Unido (FANTU)
Prêmio Sakharov 2010

ANEXO I - CARTA AO SR. JOSEP BORRELL E AO SR. EAMON GILMORE



Sra. Berta Soler

Líder das Senhoras de Branco
Prêmio Sakharov 2005

D. Guillermo Fariñas

Líder e Coordenador Geral do Fórum Anti-Talitarista Unido (FANTU)
Prêmio Sakharov 2010.

Cuba, 8 de dezembro de 2021

Prezado Sr. Josep Borrell,

Prezado Sr. Eamon Gilmore,

Caros amigos da Comissão Europeia, do Serviço de Ação Externa e da Embaixada da UE em Cuba,

Gostaríamos de cumprimentá-lo calorosamente e agradecê-lo por sua bondosa atenção na leitura desta carta.

A relação da UE com a República de Cuba foi definida com: a) a intenção de beneficiar o bem-estar do povo cubano; b) a promoção de estreita interação e apoio à sociedade civil, e; c) o aumento das trocas econômicas em paralelo com o estabelecimento de maiores liberdades e garantias econômicas na ilha. Isto é deduzido dos diferentes mandatos legislativos da União.

A União vem tentando, há décadas, com diferentes estratégias, dar passos para a realização da democracia em Cuba. A intenção subjacente de sua política externa em relação à nossa nação tem sido marcada em grande parte pela solidariedade. Entendemos isso e somos gratos por isso.

Durante anos, as ações da União foram parcialmente firmes na defesa dos direitos humanos com uma Posição Comum que, embora censurando as violações dos direitos humanos e condicionando as relações diplomáticas de acordo com a evolução dos direitos humanos, permitiu o crescimento dos interesses e laços econômicos em Cuba. Esta estratégia "mista" não produziu os resultados esperados.

Recentemente, foi estabelecida uma estratégia de relações baseada nos três eixos mencionados acima como motores de mudanças sutis e graduais: o bem-estar do povo, o fortalecimento da sociedade civil e a abertura, as reformas econômicas internas e o intercâmbio econômico institucional progressivo. Hoje, depois de anos de tal estratégia de relações, as violações dos direitos humanos, cada vez mais cruéis, mais maciças e mais plenamente classificáveis como crimes contra a humanidade, estão expondo uma realidade de Cuba que alguns analistas não vêem há anos.

Acreditamos que a União Europeia está consciente de que **o povo de Cuba está privado de qualquer exercício de sua soberania**. Este é um fato óbvio. Quando sua sociedade exige mudanças maciças, o regime, em vez de refletir e pelo menos mostrar sinais de diálogo nacional com as forças sociais exigentes, fez o contrário, recorrendo à violência ativa e generalizada. Cuba é um país submetido a um regime onde o povo não tem meios de controle ou mudança, nem mesmo a capacidade de ser ouvido, e onde, portanto, o regime não é uma expressão da soberania do povo, mas sim o arquiteto de sua negação.

A completa desconexão entre os governantes e a soberania popular já foi demonstrada de muitas maneiras e em muitas ocasiões, além de ser evidente no dia-a-dia. Em 2001, pessoas de cultura, jornalismo independente e ativismo de direitos humanos através do Projeto Varela exigiram, de acordo com a lei, um simples debate na Assembléia Nacional do Poder Popular sobre um plebiscito apoiado por mais de 10.000 assinaturas requeridas. Vinte anos depois, dezenas de milhares de cubanos tomaram as ruas neste 2021 para exigir as mesmas mudanças. O regime da ilha tem dado a mesma resposta em ambos os cenários. Vemos também que **quanto maior o número de pessoas pedindo mudanças, maior é a resposta violenta do regime**. Em 2003 houve centenas de presos, e 75 arbitrariamente presos. Agora há mais de 5.000 detentos e mais de 1.500 arbitrariamente processados.

Para piorar a situação, de acordo com as resoluções do próprio Parlamento Europeu, em Cuba há **11.000 pessoas condenadas sem ter cometido um crime** (art. 76.1 do Código Penal), por "*se comportarem de forma manifestamente contraditória com a moral socialista*" (art. 72 do Código Penal), com penas médias de 2 anos e 10 meses. Isto é o que é eufemisticamente chamado em linguagem penal formal cubana de "Perigo Social Pré-Criminal". Entre os condenados, todos têm em comum que estão descontentes com o sistema, e há muitos jovens (especialmente negros, resultado de um racismo profundamente enraizado no poder), pensadores livres e também um grande número de prisioneiros políticos atuais e históricos.

O Parlamento Europeu também confirmou que os trabalhadores cubanos em missões no exterior de todas as profissões, mais de 50.000 por ano, sofrem as mais bárbaras violações dos direitos humanos, fato que também foi corroborado pelas Nações Unidas, ²a CIDH, a ³Human Rights Watch, os Defensores dos Prisioneiros, a ⁴Fundação de Direitos Humanos ⁶e inúmeras ONGs ao redor do mundo. Basta ler a legislação que regulamenta estas missões: artigo 135 do Código Penal, ⁷Resolução 168 de 2010 do Mincex ⁸e a atual Resolução 368 de 2020 do Mincex. ⁹

Se em 2016 havia cerca de 100 presos políticos, somados aos milhares de presos pelas condenações pré-criminais acima mencionadas, há atualmente 591 presos políticos e mais de 11.000 condenados por "medidas de segurança pré-criminais". Entre os 591 registrados, e as centenas que ainda estão por registrar, há também muitos casos de crianças, adolescentes, mães de crianças pequenas, famílias inteiras e, como você sabe, as ameaças contra todos eles e suas famílias são aterrorizantes para que eles se mantenham em silêncio sobre o que estão sofrendo.

Apesar das ameaças, dezenas de denúncias de tortura na prisão continuam a ser relatadas de forma permanente em todo o país. Eles são constantemente recontados por prisioneiros políticos menos conhecidos, mas também por líderes democráticos nomeados por ONGs, pela União Européia ou por organismos internacionais como as Nações Unidas e a CIDH. É o caso de **José Daniel Ferrer** (Coordenador Geral da UNPACU), **Félix Navarro** (presidente do Partido Pedro Luis Boitel para a Democracia), **Maykel Osorbo** (fundador da Patria y Vida), **Luis Manuel Otero Alcántara** (fundador do Movimento San Isidro) ou **Aymara Nieto Muñoz** (Dama de Blanco), para citar apenas alguns.

Se a ditadura na Nicarágua prendeu todos os seus opositores para controlar o poder através de eleições fraudulentas, o regime em Cuba tem milhares de opositores, cidadãos descontentes sem crimes e civis inocentes que se manifestaram em 11 de junho na prisão, mantendo um povo inteiro como refém para impedir qualquer mudança mínima no sentido do respeito aos direitos humanos.

A violação dos direitos humanos tem aumentado exponencialmente desde a assinatura do Acordo de Diálogo Político e Cooperação entre Cuba e a União Européia (ADPC). Os presos políticos se multiplicaram muitas vezes, a repressão aumentou e o povo é agora maciçamente afetado pela mais cruel repressão e violência de motivação política. O atual ADPC com Cuba tem produzido mais resultados negativos do que qualquer política européia anterior.

Da mesma forma que a ala conservadora há anos atrás expulsou seus maiores demônios (Hitler, Franco e Pinochet são três deles), a política européia em geral deve entender que a situação do povo cubano não reflete a escolha de um povo soberano em um modelo "diferente" - ainda mal administrado ou dificultado por forças externas - mas sim a manutenção no poder de uma casta monárquica, filial e feudal que pratica os crimes mais horrendos

² UN OHCHR - AL CUB 6/2019, a partir de 6/11/2019:

<https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gld=24868>

³ Trecho do relatório da CIDH Cuba 2020 - Missões Médicas PT:

https://drive.google.com/open?id=14LhMp7DxPynMhvaN0Bd0H_Lst6SE3krw

⁴ Human Rights Watch - Cuba: Regras repressivas contra médicos em missão:

<https://www.hrw.org/es/news/2020/07/23/cuba-normas-represivas-contra-medicos-en-mision>

⁵ Prisioneiros Defensores - PT - Briefing do Caso 622 Médicos cubanos vs. Governo Cubano - ICC&UN:

https://drive.google.com/open?id=1EgbD9WnsJvjAWOFyvNN1pwwRC2_kpKHD

⁶ HRF - Cuba: 60 Anos de Revolução, 60 Anos de Opressão: <https://hrf.org/cuba-60-years-of-revolution-60-years-of-oppression/>

⁷ Art. 135 do Código Penal: <https://drive.google.com/open?id=184YAmXvhY5YKahuK9kUihhG5A7PJgayI>

⁸ Resolução 168 de 2010 do Ministério do Comércio Exterior e Investimento de Cuba:

https://drive.google.com/open?id=1KVGLA62ex_81LaYhFMZxnsY7LKIGjD-I

⁹ Resolução 368 de 2020 do Ministério do Comércio Exterior e Investimento de Cuba:

https://drive.google.com/open?id=19laZrP-hc6b1redI_7IB-sSiM5hal4hs

contra a humanidade em escala maciça para impedir qualquer espaço de liberdade para seu povo. Perseguição, desaparecimentos forçados - nos quais Cuba nos últimos quatro anos já é o quinto país do mundo pelo número de ações urgentes do Comitê das Nações Unidas contra Desaparecimentos Forçados -, ¹⁰prisão arbitrária, tortura, assassinatos consentidos e patrocinados pelo Estado tanto dentro como fora da prisão (como no recente caso de Diubis Laurencio Tejeda), as deportações forçadas generalizadas que as Nações Unidas têm denunciado, ¹¹a escravidão exercida sobre trabalhadores no exterior e em casa, e a violência e o assédio sexual de mulheres que trabalham no exterior, que 40% dos 622 testemunhos apresentados às Nações Unidas e ao Tribunal Penal Internacional denunciam, ¹²e a prática de outros atos desumanos como a separação forçada de pais e filhos menores em dezenas de milhares de casos, ¹³são todos **crimes contra a humanidade, conforme definido pelo Estatuto de Roma, perpetrados em Cuba e dos quais a União Européia não ignora.**

Estes crimes generalizados criam um êxodo entre a população civil e também entre os ativistas. Quando um ativista é obrigado a expatriar-se de Cuba, isto é usado pelo regime e seus agentes de inteligência e geração de opinião nacional e internacional para silenciar e desencorajar qualquer expressão de descontentamento social, econômico ou político. A expatriação forçada de Cuba é duplamente dolorosa, pois é usada na televisão nacional e na mídia cubana para insultar e desacreditar aqueles que sofrem com essas situações.

A emigração em massa diante da falta de esperança e direitos humanos, por sua vez, é utilizada como fonte de recursos econômicos, uma vez que os emigrantes são regularizados e começam a sustentar suas famílias no exterior, com moeda estrangeira que é entregue aos cubanos em moeda nacional sob comissões de remessa extremamente altas que se enquadram nas regulamentações internacionais sobre usura financeira, proibida e proibida em muitos países, e, além disso, as entregas aos cidadãos cubanos são feitas a uma taxa de câmbio de 24 pesos ao dólar, quando o valor do dólar no mercado livre é superior a 65 pesos. Isto significa uma comissão real de mais de 60% do valor do dinheiro que entra em Cuba através dos canais do regime. Tudo isso é uma gigantesca máquina de renda para o regime que explora famílias dentro, mas também fora da ilha, se levarmos em conta que as remessas enviadas para Cuba representam um maior influxo de divisas para a ilha do que o próprio turismo.

Estamos vivendo uma situação desoladora e condenamos veementemente a violação sistemática, maciça e odiosa dos direitos humanos perpetrada pelo regime cubano contra nosso povo, especialmente dentro da ilha, mas também fora dela.

Não há diferença na natureza dos crimes cometidos nas diversas ditaduras, seja em nome das classes ricas e de elite ou em nome do proletariado. Todos eles, usando argumentos diferentes e públicos diferentes, acabam tendo exatamente o mesmo efeito.

Quando as diferentes estratégias empregadas para alcançar uma transição para a democracia são confrontadas com a realidade de **um país mantido refém por um regime que comete crimes contra a humanidade com o** único propósito de manter o poder político e, assim, negar qualquer mudança no sistema, num sistema monolítico sem qualquer interação com a sociedade civil que também é perseguida, **torna-se necessário empregar abordagens mais eficazes** e aplicáveis a este tipo de regime. É uma triste realidade para o povo de Cuba, e para a União Européia, que o ADPC não tenha conseguido melhorar os direitos humanos na ilha.

Foi com imensa honra e gratidão que nós, abaixo assinados, recebemos a efusão da solidariedade européia que nos levou a receber os Prêmios Sakharov. Desde então, temos recebido muitas expressões de solidariedade do Parlamento Europeu. A situação, no entanto, virou-se na direção oposta da parte do executivo da União Européia.

¹⁰ Relatório do Comitê sobre Desaparecimentos Forçados 2020 (CED_C_19_2_32030_E):

<https://drive.google.com/open?id=1sJ5SoUeUDsGvLpG5F6yeGf5EGS5rQRrm>

¹¹ 2019 - 72 casos de expatriação forçada de Cuba - UN OHCHR - JAL CUB 5/2019:

<https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gld=24788>

¹² Prisioneiros Defensores - PT - Briefing do Caso 622 Médicos cubanos vs. Governo Cubano - ICC&UN:

https://drive.google.com/open?id=1EgBD9WnsJvjAWOFyvNN1pwgRC2_kpKHD

¹³ Prisioneiros Defensores - A separação forçada de médicos cubanos e seus filhos por 8 anos causa graves deficiências nas crianças: https://drive.google.com/open?id=1S77U_Gf8gXKVU2B-vxn7p7uB2J2ojs3

Como você sabe, nós, vencedores do Prêmio Sakharov em Cuba, sofremos uma repressão indescritível e constante. Dois exemplos de como o Parlamento Europeu documenta e conhece esta repressão podem ser lidos nas resoluções P9_TA(2021) 0292 de 10 de junho de 2021 e P9_TA(2021)0389 de 16 de setembro de 2021.

Da mesma forma, a Resolução do Parlamento Europeu P9_TA(2021)0389 de 16 de setembro de 2021 diz: "*Considerando que os laureados com o Prêmio Sakharov continuam a sofrer medidas repressivas sistemáticas, tais como prisões arbitrárias, batidas e cercos em suas casas, agressões e multas arbitrárias, que foram documentadas tanto pela OCDH quanto pelo Centro Cubano de Direitos Humanos; considerando que as Damas de Blanco sofreram pelo menos 318 medidas repressivas nos últimos três meses: 60 em junho, 142 em julho e 116 em agosto; que o ganhador do Prêmio Sakharov Guillermo Fariñas Hernández declarou que, de acordo com as informações acima fornecidas pelas organizações de direitos humanos, ele também sofreu repressão sistemática mensalmente durante anos, que suas ligações telefônicas são monitoradas e que, quando sai de sua casa, é detido sistematicamente a apenas algumas centenas de metros de distância, e que, só em setembro, foi detido arbitrariamente em três ocasiões, a última das quais em 8 de setembro de 2021;*".

A resolução P9_TA(2021)0292 de 10 de junho de 2021 diz: '*K. Considerando que o Parlamento concedeu seu Prêmio Sakharov para a Liberdade de Pensamento três vezes a ativistas cubanos, a saber, Oswaldo Payá em 2002, as Damas de Blanco (Berta Soler) em 2005 e Guillermo Fariñas em 2010; considerando que as autoridades cubanas impediram sistematicamente que os ganhadores do Prêmio Sakharov e suas famílias deixassem o país e participassem de eventos internacionais, incluindo os organizados pelo Parlamento Europeu, apesar dos numerosos convites, o mais recentemente em 11 de dezembro de 2020; que suas táticas incluíram o assédio, a intimidação e a detenção arbitrária de Berta Soler e Reinaldo Escobar, assim como a restrição da conexão de outros participantes à Internet; que o presidente da Delegação para as relações com os países da América Central, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e um vice-presidente do Parlamento assinaram uma declaração conjunta denunciando o assédio dos ativistas; que sua defesa e apoio pela Delegação da UE em Havana suscita preocupações; que nem o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) nem a Delegação da UE em Cuba fizeram uma declaração em sua defesa ou mostraram qualquer tipo de apoio público ou privado; "...que o Parlamento Europeu não fez uma declaração em sua defesa ou mostrou qualquer tipo de apoio público ou privado;*".

A repressão aos vencedores do Prêmio Sakharov em Cuba é, como afirma seu Parlamento, extremamente grave. Além de toda essa constante repressão, há casos particularmente trágicos, como a prisão desde 2018 de Aymara Nieto Muñoz, condenada inicialmente a 4 anos, sentença que o regime procura estender na prisão por um novo crime fabricado na prisão, o que acrescentaria mais 5 anos à sua sentença. Aymara sofre todo tipo de tortura física e psicológica, e está cumprindo sua pena na prisão feminina El Manatí, em Las Tunas, a mais de 600 quilômetros de onde ela e sua família vivem. No caso de Aymara Nieto Muñoz, também é verdade que "*nem o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) nem a Delegação da UE em Cuba fizeram uma declaração em sua defesa ou demonstraram qualquer tipo de apoio público ou privado*", como o próprio Parlamento Europeu indicou em relação aos Prêmios Sakharov, apesar de ela ter sido declarada arbitrariamente presa pelo WGAD da ONU e de ter obtido medidas cautelares de proteção internacional da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Esta falta de apoio diante da repressão que nós, vencedores do Prêmio Sakharov, sofremos todos os meses é particularmente preocupante. Nem o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) nem a Delegação da UE em Cuba mantêm comunicação constante diante dos atos de repressão, exceto em pouquíssimas ocasiões por ano e através de mensagens de texto, enquanto que a cada mês a repressão contra nós é brutal e cada vez mais excessiva e frequente. Não temos tido uma reunião presencial há anos, mas, além disso, nenhuma das comunicações ou reuniões pode ser tornada pública, conforme instruído pela SEAE.

Embora o Acordo de Diálogo ratificado em 2016 estabeleça como fundamental o intercâmbio e o fortalecimento da sociedade civil, a realidade é que a Comissão Europeia assumiu um compromisso posterior com o regime cubano, sem o consentimento do Parlamento, que estabeleceu que "*a seleção das organizações da sociedade civil que participarão do evento deve ser acordada por ambas as partes*".¹⁴ Assim, o regime cubano permite ou proíbe

¹⁴ Resposta de Javier Niño EEAS 9.43am 10.5.2021 - 2105 Resposta JN à CRD et al_ re HRD CSS:
https://drive.google.com/open?id=1UD9vJXTNoHxL_PRHZNHzfp8jJ8p6_UBK

que a SEAE se reúna publicamente no âmbito do diálogo sobre direitos humanos da ADPC, algo que contradiz o próprio acordo aprovado pelo Parlamento. Até hoje, após quase cinco anos, nenhuma **organização da sociedade civil teve uma única reunião pública no âmbito do Acordo de Diálogo com a Embaixada da UE em Cuba**. Da mesma forma, **as organizações da sociedade civil nunca foram beneficiárias dos fundos de cooperação destinados à sociedade civil**.

Pelo contrário, **as organizações que se beneficiaram destas reuniões e destes fundos são organizações estatais dependentes e administradas pelo regime**, como demonstrado em um relatório incontestado que nunca poderia ser negado de forma alguma pela SEAE.¹⁵ Entretanto, estas organizações estatais, os beneficiários finais dos fundos da UE destinados à sociedade civil, foram apresentados publicamente pela SEAE e pela Embaixada de Cuba como "*sociedade civil*" em inúmeras ocasiões,¹⁶¹⁷¹⁸¹⁹²⁰ quando são organizações ligadas ao Partido Comunista, que é, de acordo com a Constituição de 2019, "*a mais alta força política da sociedade e do Estado*". Os estatutos oficiais dessas organizações, que a SEAE apresenta como "*sociedade civil*", são obedientes à defesa do regime e da "*revolução*", e seus principais líderes são membros da liderança nacional do PCC, da Assembléia Nacional e do Conselho de Estado. Estas organizações apresentadas pela SEAE como "*sociedade civil*" em Cuba são financiadas pelo regime e, além disso, são treinadas em técnicas paramilitares, participando da repressão política e social.

A repressão em Cuba aos direitos humanos de seus cidadãos é exercida pelas "*organizações de massa*" do regime e outras organizações governamentais, assim como pela polícia e forças armadas, inteligência e forças de contra-espionagem. A maioria das ações repressivas é produzida por todas essas entidades, inclusive empregando civis e trabalhadores estatais, constituindo um contingente de forças para-militares e para-policiais que tentam ocultar a origem oficial da repressão. Atos de repúdio, vigilância e fabricação de crimes e falsas testemunhas, todos organizados pelo regime, são alguns dos componentes repressivos permanentes sofridos pelos ganhadores do Prêmio Sakharov, ativistas de direitos humanos, artistas, jornalistas independentes e a população civil como um todo em Cuba. A violência policial e militar, também muito freqüente, é apoiada por ações violentas perpetradas por essas organizações governamentais, em maior ou menor grau.

Permitir que Cuba designe as organizações que a UE pode ou não tornar visíveis é extremamente grave e vai contra qualquer tentativa de fortalecer a sociedade civil em um ambiente repressivo onde são cometidos crimes contra a humanidade. O financiamento e o encontro com a sociedade estatal e a comunicação de que se trata de "*sociedade civil*" em Cuba é um ato ainda mais grave da SEAE e causa alarme entre os defensores dos direitos humanos em Cuba já que, de acordo com o Glossário de Resumos da Legislação da União Européia (EUR-Lex): "*sociedade civil refere-se a todas as formas de ação social realizadas por indivíduos ou grupos que não estão ligados ao Estado, nem são por ele geridos*".²¹

Está claro a partir das evidências que os fundos destinados à sociedade civil e também o espírito pró-democrático do Acordo de Diálogo estão sendo desviados e qualquer possibilidade de fortalecimento da sociedade civil está sendo enterrada.

Os ganhadores do Prêmio Sakharov, como o resto da sociedade civil, nunca tiveram uma única reunião pública com a Embaixada da UE desde a entrada em vigor da ADPC, e sempre nos foi dito, secretamente, que a discrição era necessária para "*não alterar*" as relações com o regime cubano. **Nenhuma organização da**

¹⁵ A delegação da UE entrega moeda estrangeira ao governo cubano, relatando a contribuição para a "Sociedade Civil" cubana: <https://www.prisonersdefenders.org/2021/05/10/la-delegacion-de-la-ue-entrega-divisas-al-gobierno-de-cuba-comunicandolas-como-aportadas-a-la-sociedad-civil-cubana/>

¹⁶ "*representantes da sociedade civil cubana e européia trocaram opiniões sobre questões como a luta contra a violência de gênero e a proteção das famílias*": https://eeas.europa.eu/delegations/cuba/68675/la-ue-y-cuba-mantienen-undi%C3%A1logo-sobre-los-derechos-humanos_es

¹⁷ https://eeas.europa.eu/delegations/cuba/82485/uni%C3%B3n-europea-apoya-cuba-en-su-respuesta-frente-la-covid-19_es

¹⁸ https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/71261/la-uni%C3%B3n-europea-y-cuba-mantienen-undi%C3%A1logo-sobre-medidas-coercitivas-unilaterales_es

¹⁹ https://eeas.europa.eu/delegations/cuba/95772/uni%C3%B3n-europea-y-cuba-sostienen-tercer-di%C3%A1logo-sobre-medidas-coercitivas-unilaterales_es

²⁰ https://eeas.europa.eu/delegations/cuba/57200/fortalecimiento-de-la-sociedad-civil_es

²¹ EUR-Lex, Glossário - [EUR-Lex\(europa.eu\)](https://eur-lex.europa.eu/)

sociedade civil em Cuba tem sido um beneficiário direto de qualquer fundo de cooperação da sociedade civil.

Tem sido muito difícil viver esta realidade mês após mês, ano após ano, em auto-sacrifício e na esperança de que a implantação de suas estratégias produza frutos. Enquanto isso, ano após ano desde a assinatura do acordo, a repressão tem crescido em intensidade, amplitude e cobertura, afetando cada vez mais pessoas variadas: artistas, jornalistas independentes, pensadores livres, influenciadores da mídia social e milhares de civis de todas as esferas e de todas as províncias de Cuba.

Esperar um comportamento neste ambiente semelhante ao das transições europeias, como o da Espanha, é altamente errático. Isto implica um imenso desconhecimento das diferenças notáveis entre os dois cenários. O ditador Franco, por exemplo, criou conscientemente uma classe média capacitada que, com seu progresso econômico, sustentou em grande parte a ditadura. Como este segmento da população cresceu em número e empoderamento, ele diversificou e evoluiu em uma direção diferente do regime. Quando a classe média foi capacitada, foi a classe média que impulsionou e sustentou o apoio à mudança de regime na Espanha.

Em Cuba, a situação é completamente antagônica à da Espanha, e particularmente pedregosa. A empresa militar **GAESA**, dirigida pelo genro de Raúl Castro, Major General **Luis Alberto Rodríguez Lopez-Calleja**, que quando criança cresceu na mansão de Raúl Castro como um de seus filhos, controla todo e qualquer aparelho econômico do estado. **Nada está além do controle da GAESA na economia nacional.** Todas as empresas cubanas fazem parte da GAESA ou operam sob seu guarda-chuva de controle. Todas as indústrias, importações e exportações relevantes são controladas pela GAESA, uma agência das forças armadas. Até mesmo as lojas onde nós cubanos compramos nossos alimentos são de propriedade da GAESA. Por outro lado, o **filho de Raúl, Alejandro Castro Espin, controla o aparelho de contra-espionagem e inteligência, que por sua vez controla os militares do país.** As forças armadas, por sua vez, prestam total obediência ao Comitê Central do Partido Comunista, e especialmente à sua Mesa Política, onde o próprio Luis Alberto Rodríguez Lopez-Calleja e a comitiva mais próxima da família Castro controlam todas as decisões.

O **poder, portanto, é monolítico em Cuba.** Não há possibilidade de mudança nem mesmo de dentro do regime, pois nem o povo nem a sociedade fazem parte deste monólito de poder nas mãos da família Castro.

Todas as tentativas de criar uma classe média capacitada em Cuba fracassam, porque o regime é o que impede a criação de tal classe média. Ao restringir sua liberdade econômica, impedindo-os de importar, exportar ou participar de um mercado interno livre, restringindo matérias-primas, materiais e tecnologia, controlando preços, demanda e oferta, o regime corta qualquer esperança de tal possibilidade. **Não há nenhuma classe média em Cuba no momento, nem o regime jamais permitirá que haja uma,** pois eles sabem que a classe média com poder quererá acabar com o regime como a classe média espanhola fez em 1975. E este é um regime no qual nem mesmo um líder específico reina, já é um oligopólio familiar.

Portanto, qualquer tentativa de comparar o espanhol e outras transições com o cubano não é apenas um erro. **Enquanto este erro é cometido, a dor e o sofrimento causados pela repressão crescem em Cuba.**

A única esperança deste povo para alcançar a democracia é a força e o crescimento da sociedade civil. Mas a Comissão Europeia e a SEAE, mas não o Parlamento Europeu, há muito contribuem, como indicamos, para ocultar a sociedade civil, não comunicando e até escondendo da imprensa e do público quaisquer contatos feitos, mas se reunindo publicamente e dando fundos a empresas estatais que ela até chama de "*sociedade civil*" em Cuba. Tudo isso com uma estratégia que não só é fundamentalmente defeituosa, mas também demonstrou ter o oposto dos efeitos desejados, deixando os milhares de vítimas completamente desprotegidas.

Em alguns fóruns com ONGs internacionais, a SEAE indicou que os fundos não são concedidos à sociedade civil porque não estão devidamente registrados em Cuba. A SEAE está bem ciente de que a lei cubana impede por definição legal o registro de associações que não dependem do Estado. É por isso que a SEAE, em uma reunião

com ONGs internacionais, também chegou ao ponto de descrever as sociedades estatais como "*sociedade civil dependente*" do regime,²² que é um oxímoro, uma completa contradição com a definição de "sociedade civil".

Um breve olhar jurídico sobre a Lei de Associações, Lei 54, é suficiente para ver por que não há organizações independentes registradas em Cuba. O artigo 13 desta lei estabelece a dependência de cada uma das associações a serem registradas em relação ao Estado, e o artigo 8 torna o citado artigo 13 obrigatório para que o registro seja possível. **Portanto, é impossível registrar uma associação independente em Cuba, e todas as organizações registradas depois de 1959 são criadas pelo Estado.**

Por definição legal, portanto, não existe sociedade civil legalmente registrada em Cuba; ela é impedida por lei, e isto tem sido o caso desde que o regime chegou ao poder. Quando as associações independentes são impedidas por lei, como é que as associações independentes da sociedade civil em Cuba não têm acesso à ajuda da União Europeia enquanto os fundos são concedidos direta e indiretamente (inclusive através de ONGs europeias) às organizações do regime, ao mesmo tempo em que a UE declara publicamente que os atuais beneficiários em Cuba são organizações da "*sociedade civil*"?

Isto é tão contraditório quanto o fato de que o ADPC foi assinado para dialogar publicamente com a sociedade civil, mas este diálogo público é negado porque assume "*permissão para dialogar*" por parte das autoridades cubanas.

Tudo isso descreve a forma como a Comissão Europeia vem implementando o Acordo de Diálogo e Cooperação com Cuba durante todos esses anos.

Este acordo de diálogo, dada a forma como está sendo realizado, mesmo que alguns de seus promotores tivessem motivações positivas para defendê-lo - o que não duvidamos -, perde todo o valor inicial, todo significado e, sem que isso seja seu propósito, **tornou-se um instrumento que colabora com o apoio econômico e propagandístico do regime,** Ainda mais quando o próprio representante máximo da SEAE justifica na mídia a repressão do 11 de julho como se tivesse um papel fundamental nas sanções dos EUA,²³ o que é absurdo, já que a ausência de direitos fundamentais dos cubanos causada pelo regime, como a liberdade de expressão, de imprensa, de manifestação, de associação, o direito à vida, à segurança ou ao tratamento digno, é causada pelo regime desde 1959, e não tem nada a ver com o embargo. Esta falta de direitos foi idêntica quando o campo socialista alimentou os cofres da República de Cuba e não houve fome na ilha.

Gostaríamos de refletir sobre uma série de fatos e realidades. Se um regime ditatorial, por concessão da UE, é o que aprova as organizações com as quais a Embaixada da UE se reúne; se nenhuma organização ou ganhador do Prêmio Sakharov teve uma única reunião pública em Cuba com a Embaixada da UE na ilha durante anos, todas as reuniões sendo realizadas em privado, com a desculpa de "não incomodar"; se a Embaixada da UE, ao contrário, se reúne publicamente apenas com estas organizações do regime, e também as chama de "sociedade civil" perante a mídia; se a Embaixada da UE, a SEAE e o DevCo dão fundos econômicos, definidos no orçamento como programas da sociedade civil, às sociedades governamentais cubanas, mas indicando aos europeus e à imprensa que estas organizações são a sociedade civil de Cuba... Qual é a posição da sociedade civil e dos Prêmios Sakharov em Cuba?

O que está agora em andamento é o método perfeito para a deslegitimação da sociedade civil cubana, mas sabemos que esta situação não é o que os eurodeputados da UE querem, e os políticos e líderes da UE também não. Sabemos que tem sido o efeito de ter adotado posições de cessão com um regime não-monolítico em mente. Eles estavam errados, e muitos danos estão sendo causados por esta situação.

Eles entenderão, portanto, que devem considerar seriamente se vão ou não respeitar nossos Prêmios Sakharov e a sociedade civil em Cuba, e não ter vergonha de promovê-la com diálogos públicos de onde deveriam ser realizados, a Embaixada da União Europeia, apoiando-a também com fundos de cooperação destinados à sociedade civil, **ou se o mais congruente com as ações da Comissão Europeia é retirar o Prêmio Sakharov daqueles de nós que**

²² Carta dos Defensores dos Direitos Civis, Defensores dos Prisioneiros, CADAL, Demo AMLAT, Cultura Democrática, Casa da Liberdade e Freemuse ao Sr. Josep Borrell e Eamon Gilmore:

https://drive.google.com/open?id=1ucCxNrqi1vk_BnGkzITI_q3LeUIidUE

²³ El Diario.es, 14 de julho de 2021: [Borrell: "Temos que ser honestos, a situação em Cuba piorou dramaticamente por causa das decisões tomadas pelo Sr. Trump."](#)

o detêm, porque descrevemos atos muito graves que violam o espírito do Prêmio Sakharov, o tratamento da sociedade civil cubana, o Acordo de Diálogo aprovado pelo Parlamento Europeu, o controle dos fundos de cooperação da UE e a proteção dos direitos humanos como um eixo fundamental das relações da UE com Cuba.

A defesa dos direitos humanos deve prevalecer nas relações entre Cuba e a União Européia, e estamos longe de ter conseguido isso com a implementação do atual ADPC.

Finalmente, reafirmar que somente através do fortalecimento da sociedade civil com visibilidade pública e fundos de cooperação, somente através de uma firme defesa dos direitos humanos, e somente através da aplicação de sanções bem concebidas que afetem a viabilidade do regime e prejudiquem o mínimo possível o povo cubano, O povo de Cuba já está impaciente esperando uma mudança, porque no dia 11 de junho o povo de Cuba descobriu que não tinha um Estado ou um governo, mas um grupo de criminosos contra a humanidade que detiveram, maltrataram, torturaram milhares de detentos e estão tentando e condenando a dezenas de anos de prisão mais de mil pessoas inocentes entre os detentos que só queriam pedir liberdade.

Devemos também lembrar, por um lado, a importância vital de Cuba ratificar o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e, por outro lado, a extrema importância de a Comissão Européia e a SEAE se pronunciarem, não apenas excepcionalmente, mas regularmente, para a libertação de todos os presos políticos em Cuba.

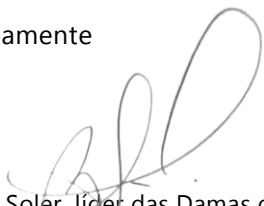
Em Cuba, milhões de pessoas estão sujeitas a uma opressão terrível e dramática. Em meio a esta situação, tanto os vencedores do Prêmio Sakharov quanto a sociedade civil como um todo se sentem abandonados e subvalorizados pela SEAE e, embora a violência do Estado esteja se radicalizando cada vez mais contra todos nós, ainda não encontramos os sinais de apoio e ajuda pública da SEAE que deveríamos ter esperado durante anos dos artigos da ADPC.

No caso da ganhadora do Prêmio Sakharov Aung San Suu Kyi, o Parlamento Europeu retirou o Prêmio Sakharov dela por sua "inação" diante dos crimes contra a comunidade Rohingya na Birmânia. O conceito de reciprocidade legal nos dá mais provas de que o **Prêmio Sakharov deve ser um compromisso de todas as partes de nunca usar o silêncio diplomático diante das violações dos direitos humanos, e muito menos diante dos crimes contra a humanidade.**

Expressamos à SEAE a necessidade urgente de enfrentar a realidade prevalecente em Cuba porque, dada a divergência entre os objetivos legislados pelo Parlamento Europeu e a violação destes objetivos em sua implementação, **se esta situação continuar, os vencedores cubanos do Prêmio Sakharov**, cujas vidas ainda não foram tiradas pelo regime, **proporão ao coletivo das Damas de Branco, e também a mim mesmo Guillermo Fariñas, a retirada, mesmo com imensa dor, do Prêmio Sakharov.** Estes prêmios são concedidos a indivíduos e povos que lutam, desde as condições mais empobrecidas, pelo que é mais sagrado para o homem, pelos direitos humanos mais fundamentais como a liberdade de expressão e, no caso de Cuba, o direito de não ser objeto permanente de crimes contra a humanidade. Nesta luta, as vítimas precisam ser apoiadas dando-lhes voz e apoio real, e nosso Prêmio Sakharov deve viver neste contexto, e não o contrário.

Mais uma vez, agradecemos a leitura desta carta e esperamos que você compreenda a necessidade de que a política européia sobre crimes contra a humanidade cometidos em Cuba não use o silêncio como principal arma diplomática, mas que você seja a voz em defesa de um povo desprotegido que tem a **responsabilidade de proteger** contra os crimes muito graves e hediondos contra a humanidade que estão ocorrendo em Cuba.

Atenciosamente



Berta Soler, líder das Damas de Branco
Prêmio Sakharov 2005



Guillermo Fariñas, Coordenador do Fórum Anti-Talitarista Unido (FANTU)
Prêmio Sakharov 2010